

APA do lago é regulamentada

Decreto publicado ontem no *Diário Oficial do DF* estabelece normas para uso e ocupação da Área de Proteção Ambiental. De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, o documento representa a chancela da preservação

» ROBERTA ABREU

A Área de Proteção Ambiental (APA) do Lago Paranoá ganhou novas regras para o uso e a preservação. O Decreto nº 33.537, publicado no *Diário Oficial do Distrito Federal* (DODF) de ontem, aprova o zoneamento ambiental e vai permitir uma melhor organização da APA, que existe desde 1989. De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) e o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Ibram), essa é apenas a primeira fase. A segunda será o Plano de Manejo, que servirá como um detalhamento do decreto.

Pelo documento, a área, que tem aproximadamente 16 mil hectares, fica dividida em quatro setores: Zona de Vida Silvestre; Zona de Ocupação Especial; Zona de Ocupação Consolidada; e Zona do Espelho d'Água do Lago. Cada uma delas tem subzonas. Segundo o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Eduardo Brandão, esse zoneamento é obrigatório para as APAs. "Ele define setores em uma Unidade de Conservação com o objetivo de se constituir planos de manejo e regras específicas, oferecendo tratamento diferenciado para a especificidade de cada zona", explicou o secretário.

Elaborado em conjunto com vários órgãos do Governo do DF e custeado por meio de compensação ambiental pela Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), o Plano de Manejo já está pronto. Segundo Brandão, falta apenas a publicação para se tornar oficial. "A Semarh garantirá a publicidade do documento por meio de instrução normativa. O plano discorre sobre os diversos subprogramas de monitoramento, vigilância, educação ambiental e outras ações da APA", disse.

Para o secretário, o decreto vai garantir a convivência harmoniosa entre a ocupação urbana e o meio ambiente. "As novas regras em nada irão afetar os moradores dos lagos Sul e Norte. Pelo contrário, garantem e legalizam essas ocupações, já que em APAs são permitidas ocupações urbanas de forma sustentável. O uso desordenado da orla é uma questão urbanística, o zoneamento ambiental

Zuleika de Souza/CB/D.A Press - 21/5/11



O Pontão do Lago Sul é uma das Áreas de Interesse Turístico e de Lazer que serão monitoradas para evitar danos ambientais

» Ações proibidas

Estão vetadas na APA:

- » A caça
- » A coleta de espécimes da fauna e da flora, em todas as zonas de manejo, ressalvadas aquelas com finalidade científica;
- » A prática de queimada, exceto para proteção da biota e mediante autorização do órgão competente;
- » A deposição de efluentes não tratados, resíduos sólidos, resíduos da construção civil, agrotóxicos e fertilizantes em nascentes e cursos d'água;
- » A deposição de resíduos de construção civil;
- » As intervenções de terraplanagem, aterro, dragagem e escavação, exceto com autorização ou licença concedida pelo órgão ambiental competente;
- » A implantação e a operação de indústrias poluentes.

» Vigilância

As Áreas de Interesse Turístico e de Lazer serão monitoradas pelos órgãos ambientais, para evitar danos ambientais no uso e ocupação. Entre elas, estão:

- » Anfiteatro do Lago Sul
- » Parque da Ermida Dom Bosco
- » Parque da Península Sul
- » Parque das Garças
- » Parque do Mirante
- » Pier 21
- » Piscinão do Lago Norte
- » Pontão do Lago Sul
- » Ponte JK
- » QL 13 do Lago Norte
- » Setor de Hotéis e Turismo Norte
- » Orla do Lago Paranoá, com exceção das áreas particulares localizadas no Setor de Clubes Sul e Norte, no Setor de Mansões do Lago Norte e nas Estações de Tratamento Sul e Norte.

não trata dessa questão", afirmou Brandão. Ele explica ainda que esta é apenas a primeira etapa do processo. "Falta a aplicação do Plano de Manejo. O zoneamento de qualquer APA é obrigatório e a do Lago Paranoá ainda não tinha essa regra. A APA é formada de 16 mil hectares. Um avanço para o meio ambiente, pois agora chancelamos a preservação do Lago", avaliou.

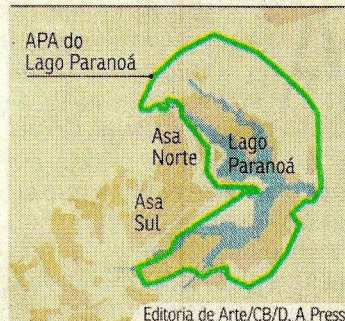
Preservação

Para a criação das quatro zonas, foram adotados os limites de sensibilidade ambiental, geográficos e físicos. Para isso, alguns princípios serviram como base. São eles: preservar a integridade dos ecossistemas existentes; resgatar e qualificar os espaços de acesso ao Lago Paranoá; manter e melhorar a qualidade

ambiental do lago; promover a dinamização e a popularização do reservatório como espaço de lazer; preservar a fauna e a flora à margem; disponibilizar o lago para o uso da população; criar espaços de lazer, áreas verdes, ciclovias e passeios públicos que promovam a integração urbana e incentivem a sociabilidade e o desenvolvimento econômico local; entre outros.

A ocupação pública em áreas de APA só deverá ocorrer após a criação de um projeto específico na orla do Lago Paranoá, com diretrizes que abranjam os interesses da população. O mesmo vale para a construção de pontes no Lago Norte. No caso das ocupações irregulares que já estão consolidadas, haverá estudos ambientais para que sejam regularizadas ou removidas.

Onde fica



As novas regras em nada irão afetar os moradores dos lagos Sul e Norte. Pelo contrário, garantem e legalizam essas ocupações, já que em APAs são permitidas ocupações urbanas de forma sustentável"

Eduardo Brandão, secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

16
MIL
HECTARES

Área da APA do Lago Paranoá